Por Bruna Chieco

Os planos de previdência complementar fechada registravam, em junho de 2026, superávit acumulado de R$ 41,4 bilhões, ante déficit de R$ 22,2 bilhões, uma diferença positiva de R$ 19,2 bilhões que consolida a melhora do equilíbrio do sistema observada desde 2024. Os dados são do Consolidado Estatístico da Abrapp e foram apresentados em coletiva de imprensa realizada nesta quarta-feira, 14 de outubro.

O resultado reforça a solidez do setor, que também se reflete no índice de solvência. Em junho de 2026, os planos de Benefício Definido (BD) alcançaram índice de 102%, considerando a média ponderada dos planos. O percentual indica que os ativos são suficientes para cobrir a totalidade dos compromissos previdenciários assumidos.

Com esse patamar, o sistema brasileiro se posiciona à frente de países como Estados Unidos (75%), México (65%) e Islândia (26%), segundo comparativo internacional elaborado pela Abrapp com base em dados da OCDE. “Hoje a previdência complementar fechada no nosso país está no padrão internacional dos solventes. Nós temos 102% de solvência. Então, os compromissos estão todos precificados e vão ser entregues nessa condição”, afirmou o Diretor-Presidente da Abrapp, Devanir Silva.

A trajetória dos ativos acompanha esse movimento de consolidação do setor, que em dez anos passou de R$ 790 bilhões ativos administrados, em 2016, para R$ 1,438 trilhão em junho de 2026, um crescimento nominal de cerca de 82%. A evolução foi praticamente contínua no período: o sistema superou a marca de R$ 1 trilhão em 2020, chegou a R$ 1,275 trilhão em 2024 e a R$ 1,374 trilhão em 2025.

Hoje, os ativos equivalem a cerca de 11% do Produto Interno Bruto (PIB) e para o encerramento do ano, a Abrapp estima que o patrimônio alcance R$ 1,51 trilhão. “Trabalhamos com diferentes cenários porque o comportamento dos mercados ainda pode influenciar os resultados até o final do ano. No cenário de referência, projetamos ativos da ordem de R$ 1,51 trilhão e uma diferença positiva entre superávits e déficits próxima de R$ 33 bilhões”, explicou Devanir.

No primeiro semestre de 2026, a rentabilidade acumulada das entidades foi de 5,92%, ante 6,42% da meta atuarial e 6,84% do CDI, em um período marcado pela volatilidade dos mercados e pela queda da bolsa em junho. Na janela de 12 meses, no entanto, a rentabilidade das EFPC chegou a 12,86%, acima da meta de 10,80% no mesmo período.

Para Devanir, a leitura dos resultados deve considerar o horizonte de longo prazo que orienta as políticas de investimento das entidades, diferente da lógica de oportunidade que pode pautar outras instituições financeiras. “Quando você tem uma política de investimentos, ela é focada no longo prazo. É diferente de uma instituição financeira que tenha os negócios de oportunidade”, afirmou.

A projeção para o encerramento do ano considera três cenários, que variam principalmente de acordo com o desempenho da renda variável até dezembro. No cenário mais conservador, a carteira das EFPC encerraria 2026 com rentabilidade de 11,70%. No cenário de referência, alcançaria 14%, e no mais otimista, 14,77%. A meta atuarial estimada para o período, medida pela Taxa de Juros Padrão (TJP), é de 12,06%. Com isso, a diferença positiva entre superávits e déficits poderia variar entre R$ 28 bilhões e R$ 37 bilhões ao final do ano.

Carteira de investimentos – A carteira de investimentos das EFPC segue com participação crescente da renda fixa, que concentrava 86,1% dos recursos em junho, ou R$ 1,173 trilhão, ante 85,2% no encerramento de 2025, 82,9% em 2024 e 75,7% em 2021. Desse total, R$ 264,1 bilhões

estavam aplicados diretamente em títulos públicos e R$ 900,7 bilhões em fundos de investimento do segmento. Já a renda variável recuou de 15,8% da carteira em 2021 para 6,7% em junho, o equivalente a R$ 91,3 bilhões, dos quais R$ 55,7 bilhões aplicados diretamente em ações.

“A previdência complementar trabalha com horizontes de décadas, e isso exige disciplina na gestão dos recursos. A elevada participação da renda fixa reflete as condições atuais de mercado e a necessidade de buscar uma relação adequada entre retorno, risco e os compromissos de longo prazo dos planos. Mesmo em cenários de maior volatilidade, o foco permanece na segurança e na sustentabilidade dos benefícios”, disse Devanir.

Além do patamar elevado dos juros, a concentração da carteira está associada ao regime sancionador aplicável ao setor, cuja atualização é defendida pela Abrapp e está em análise na Casa Civil. “Nós temos um regime sancionador defasado, de 2003, 23 anos. O mundo mudou, o mercado mudou, os produtos mudaram e nós continuamos”, salientou Devanir.

Para ele, a revisão deve oferecer mais segurança aos dirigentes na tomada de decisões de investimento. “Se nós temos uma supervisão baseada em risco, a gestão também tem que ser baseada em risco”, reforçou.

Cobertura previdenciária – A previdência complementar fechada alcança cerca de 8,4 milhões de pessoas, considerando 3,27 milhões de participantes ativos, 4,21 milhões de dependentes e 873 mil assistidos. Entre os participantes ativos, a maior concentração está na faixa de 35 a 54 anos, que reúne 57,15% do total. Os homens representam 63,56% dos participantes, e as mulheres, 36,44%.

Esta população segue sendo protegida com benefícios alcançando R$ 82 bilhões em 2025. O pagamento é regular, mantido mesmo em períodos de forte instabilidade conforme reitera Devanir. “Tivemos uma grande prova de fogo que foi no período de 2020, com a pandemia. Nenhum benefício deixou de ser pago e nenhuma reserva foi devolvida”, lembrou Devanir.

Governança – Para o Diretor-Presidente da Abrapp, a solidez dos números da previdência complementar fechada reflete a maturidade da governança das entidades. Ele citou como exemplo a ausência de exposição das EFPC aos ativos do Banco Master. “Houve governança, houve análise de risco”, afirmou. Segundo Devanir, as decisões de investimento passam por comitês especializados e processos internos de avaliação. “Hoje, para você tomar uma decisão tem todo um processo interno”.

A qualificação dos dirigentes também integra esse modelo. Ele explica que para atuar em uma entidade, o profissional precisa passar por certificação, conduzida pela sociedade civil, e obter habilitação junto à Previc. “Nós não temos um sistema de amadores, um sistema de profissionais”, destacou.

Os resultados do setor e os desafios da previdência complementar fechada estarão em debate no 47º Congresso Brasileiro da Previdência Complementar (CBPP), promovido pela Abrapp de 21 a 23 de outubro, no Transamérica Expo Center, em São Paulo (SP). Saiba mais.

Fonte: Abrapp em Foco, em 14.10.2026.